



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo
dependente**

**MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E QUESTÃO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO
PROJETO NEOLIBERAL NO CEARÁ**

RAYLENE MARIA FONSECA DA SILVA

RESUMO

O projeto de modernização da burguesia industrial no Ceará, estruturada sobre práticas neoliberais, tratou-se de um aprofundamento da modernização conservadora. Produziu um acentuado crescimento econômico e, também, como sua contraface, um forte impacto sobre a questão social no estado, reproduzindo históricas expressões.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto neoliberal; modernização conservadora; Questão Social; Ceará.

ABSTRACT

The modernization project industrial bourgeoisie in Ceará, structured on neoliberal practices, was a conservative modernization deepening. It produced a marked economic growth and, also, as a counterpart, a strong impact on social issues in the state, reproducing historical expressions.

Keywords: neoliberal project; conservative modernization; Social Issue; Ceará.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a discutir sobre o capitalismo na cena contemporânea – em sua fase de mundialização sob o comando do capital financeiro – e o lugar da questão social nessa conjuntura, dando ênfase às particularidades no estado do Ceará.

O estudo se inicia com uma análise sobre a dinâmica do modo de produção capitalista e como este produz e reproduz a questão social, enquanto algo inerente ao seu desenvolvimento. Busca-se explicitar como no processo de valorização do valor, a lei geral da acumulação –



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundada na elevação da produtividade do trabalho, enquanto mecanismo para obter o aumento do mais-valor – gera uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, constituindo-se como raiz da questão social.

Em seguida aborda-se a crise estrutural do capital, explicitando como as transformações desencadeadas nas esferas econômica, política e ideológica – processos unificados dentro do movimento de mundialização da economia, comandado pelo capital financeiro – modificam a lei geral da acumulação capitalista e como esta, mediada pelas particularidades histórico-culturais nacionais, altera a questão social na cena contemporânea.

Por fim, a partir de revisão bibliográfica e da análise de alguns indicadores socioeconômicos, discute-se as particularidades desses processos no Ceará, no período que se estende de meados dos anos 1980 até 2018.

2. CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL

A produção capitalista apresenta uma forma peculiar de realização do trabalho humano e de conexão entre os indivíduos. Ao invés de uma produção diretamente social – na qual os sujeitos regulem de forma consciente suas relações – tem-se uma produção mediada pelas coisas produzidas, pois os trabalhos privados somente se tornam sociais, úteis, por meio da troca. Sendo a troca viabilizada pelo valor contido nas mercadorias e o valor a expressão do trabalho abstrato, a produção de valores para troca constitui o objetivo da produção na sociedade capitalista e o trabalho abstrato sua forma histórica específica de realização do trabalho (MARX, 2013; RUBIN, 1980; JAPPE, 2013; BONENTE, 2016).

Mais que produzir valores, a produção capitalista objetiva valorizar o valor e, assim, promover a apropriação crescente de riqueza abstrata. Isso porque as mercadorias devem sempre conter um valor mais elevado que a soma dos meios de produção (instrumentos, matérias-primas) e a força de trabalho empregados para produzi-las. Conforme ressalta Marx (2013, p.263), o capitalista “quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor”.

Tendo em vista que a magnitude do valor contido numa mercadoria refere-se ao trabalho abstrato socialmente necessário para sua produção e que a quantidade de trabalho, por sua vez, depende do nível de produtividade do trabalho, a obtenção do valor excedente depende de alteração na magnitude do valor da força de trabalho no processo de produção. Segundo Marx

(2013), essa alteração consiste em elevar a produtividade do trabalho para reduzir o tempo de trabalho necessário à reposição do valor que o capitalista pagou pela força de trabalho, ampliando, assim, o tempo de trabalho excedente no qual o valor produzido pelo trabalhador é apropriado gratuitamente pelo capitalista. O mais-valor constitui, portanto, trabalho humano não pago.

O aumento da produtividade resulta de alterações no processo de trabalho oriundas da implantação de novas formas de organização da produção, da inserção de novas técnicas e/ou pela incorporação de novos instrumentos de trabalho, sendo o maquinário e a automação os elementos mais característicos desse processo. Esses possibilitam ao trabalhador manipular uma maior quantidade de meios de produção, aumentando o número de mercadorias produzidas, sem que seja necessário aumentar o número de trabalhadores. Na verdade, ocorre o contrário, pois com a maior inserção de tecnologia na produção uma parte da força de trabalho torna-se desnecessária, o que implicará na redução da taxa de lucro e do mercado consumidor para as mercadorias, dificultando a valorização do valor e desencadeando crises cíclicas no capitalismo (MARX, 2013).

O capital, portanto, primeiramente tende a absorver trabalhadores para o âmbito da produção e depois os torna supérfluos, formando um “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa” (MARX, 2013). Segundo ele, trabalhadores desempregados e desprovidos dos meios de produção são requisitos objetivos para a economia capitalista – por não se tratar de uma produção coordenada, essa pode crescer inesperadamente e conseqüentemente, precisar de trabalhadores à sua disposição. Ademais, esses passam a se submeter às condições de trabalho e de vida ainda mais precárias, contribuindo para um maior controle do capital sobre o trabalho, pois ocasionam uma depreciação do valor da força de trabalho e uma pressão disciplinar maior sobre os trabalhadores ativos.

Contudo, a subordinação do trabalho ao capital não ocorre de forma pacífica, mas permeada pelo conflito, pela luta entre as classes sociais antagônicas que remonta à própria origem do capital. Netto (2001) assinala que da primeira década até a metade do século XIX, o protesto dos trabalhadores frente ao pauperismo – pobreza acentuada e generalizada que surge atrelada ao modo de produção capitalista – tomou as mais diversas formas (da violência luddista à constituição das trade unions), configurando uma ameaça concreta à ordem burguesa. Em virtude



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dos desdobramentos sócio-políticos, o pauperismo, uma resultante da lei geral da acumulação capitalista, passa a ser então designado pela expressão “questão social”¹.

Em síntese, o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas da força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista. Esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva. A lei da acumulação se expressa, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital (...). Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2007, p. 158-159).

O pauperismo constitui apenas a manifestação imediata da questão social, a qual, segundo Netto (2001), consiste em um complexo problemático muito amplo. Determinada pela exploração da força de trabalho – forma peculiar da relação capital/trabalho – na busca pela valorização do valor, sendo, portanto, produzida compulsoriamente pelo desenvolvimento capitalista, suas manifestações sofrem alterações e apresentam expressões peculiares conforme os estágios de desenvolvimento do capital e as particularidades das formações sociais.

Tratando especificamente sobre a questão social no capitalismo monopolista ou imperialista – fase do desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias, na qual a busca pela maximização dos lucros é obtida pelo controle dos mercados –, é em seu estágio clássico (período entre 1890 e 1940) que as manifestações da questão social passam a sofrer intervenção contínua, sistemática e estratégica do Estado através de sua política social. A preservação e controle contínuos da força de trabalho ocupada e excedente passam a constituir função estatal de primeira ordem, em virtude das características do novo ordenamento econômico, da consolidação política do movimento dos trabalhadores e da necessidade de legitimação política do Estado burguês (NETTO, 2011).

Esse quadro, entretanto, altera-se profundamente no capitalismo imperialista em seu estágio tardio, período que sucede o estágio clássico. Frente a uma crise estrutural, o capital reorganiza suas esferas econômica, política e ideológica, potenciando a lei geral da acumulação

¹ Netto (2001) destaca que a expressão “questão social” foi utilizada desde sua origem na terceira década do século XIX até a metade do referido século, por diferentes agentes (críticos da sociedade e filantropos) das mais variadas visões políticas, para tratar do fenômeno do pauperismo. Entretanto, após a Revolução de 1848, a expressão “questão social” passa a compor mais o vocabulário conservador (tanto o laico quanto o confessional) que a naturaliza, convertendo-a em objeto de ação moralizadora. Quanto às vanguardas trabalhadoras, essas acederam (no processo de luta no período em questão) à consciência política de que a questão social está colada à sociedade burguesa, reconhecendo o termo como subterfúgio/desculpa conservadora e, portanto, só usando-o com indicação desse traço, que o autor sinaliza pelo uso das aspas. Feita essa importante consideração e visando facilitar a escrita, usar-se-á neste artigo a expressão “questão social” sem aspas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitalista que, conseqüentemente, ocasiona um agravamento da questão social na cena contemporânea (IAMAMOTO, 2007).

2.1. Crise do capital, mundialização financeira e questão social

A crise estrutural² do capital iniciada em meados da década de 1970 teve, segundo Antunes (2006), dois elementos centrais. O primeiro foi a estagnação econômica, sinalizada pela crise do modelo de acumulação fordista expressa, entre outros aspectos, no excesso de fundos com ausência de áreas produtivas para investimentos e na crise fiscal do Estado. O segundo elemento central foi o acirramento da luta de classes. Em resposta a essa crise, o capital reorganizou suas esferas econômica, política e ideológica, demarcando alterações significativas no capitalismo tardio (MANDEL, 1982), caracterizando uma nova fase no desenvolvimento do capitalismo imperialista.

Esses processos, conforme alerta Iamamoto (2007), embora apresentem particularidades, não devem ser tratados de maneira isolada ou autônoma, mas como processos unificados dentro do movimento de mundialização da economia, modo específico de dominação social e política do capitalismo na cena contemporânea, comandado pelo capital financeiro em articulação com o capital industrial transnacional e efetivado pelo respaldo dos Estados nacionais, sob a orientação dos organismos internacionais – Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

No âmbito econômico, segundo Alves (2018), frente à dificuldade de lucro na economia real, as economias capitalistas centrais elevam a dominância do capital financeiro viabilizada na fase imperialista, optando por realizar um deslocamento de capital para a especulação financeira (ações, títulos de dívida pública e fundos de pensão/aposentadoria). Estabeleceu-se, assim, sob a

² Mészáros (2002) analisa que a crise iniciada nos anos de 1970 e que se estende aos dias de hoje, não compreende uma crise de superacumulação (superprodução acompanhada de subconsumo). Para ele, trata-se, na verdade, de um “*continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural” (Ibidem, p.697), cuja novidade histórica se manifesta em quatro aspectos principais: (1) *seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);* (2) *seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram as outras crises no passado);* (3) *sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;* (4) *em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia* (Ibidem, p.796).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

hegemonia do capital financeiro, a chamada financeirização da riqueza capitalista e com ela, segundo Carcanholo (2009), a etapa especulativa e parasitária do capitalismo. Além da financeirização, o capital, sob o comando do capital financeiro, impulsionou um movimento de contenção à queda da taxa de lucro, baseado no crescimento do comércio global e na elevação do grau de exploração do trabalho, implicando uma reestruturação produtiva (ALVES, 2018).

Com uma capacidade excedente inutilizável, as corporações entram num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, passando a compor no primeiro plano das suas estratégias: a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas com menor organização sindical e controle mais fácil sobre a força de trabalho, funções e medidas para acelerar o tempo de giro do capital, a horizontalização da produção. As mudanças operadas sinalizam a transformação do padrão de acumulação fordista para um padrão de acumulação flexível que “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1994, p.10).

Dentre as conseqüências geradas pelo novo padrão de acumulação tem-se: o desemprego estrutural, proveniente da expansão do uso de novas tecnologias no interior das indústrias como estratégia do capital para elevar a produção e ao mesmo tempo reduzir os custos com a força de trabalho; e a precarização do trabalho (novas formas de trabalho terceirizado, temporário, subcontratado etc) provocada pela horizontalização da produção, na qual a empresa base conta com uma série de outras empresas subcontratadas para fornecer os elementos necessários à produção (HARVEY, 1994).

Na esfera ideológica, tem-se o culto ao individualismo, à competitividade, ao consumismo exacerbado, bem como o processo de cooptação da subjetividade do trabalhador, promovendo um retrocesso na organização sindical dos trabalhadores (ANTUNES, 2006). Na esfera política, o processo de reorganização do capital ocorreu pela ascensão do neoliberalismo, traduzido nas políticas de ajuste direcionadas para redução dos gastos sociais do Estado em favor do pagamento de suas dívidas interna e externa, nas privatizações, na liberalização do mercado – estruturando-se uma nova fase do intercâmbio mercantil do capitalismo, conhecida como mundialização – e na desregulamentação dos direitos sociais, sinalizando um processo de contrarreforma³ do Estado. A consagração do programa neoliberal no cenário do comando

³ De acordo com Coutinho (2012), inspirado em Gramsci, a palavra “reforma” apresenta na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda, tendo em vista que sempre foi organicamente atrelada às lutas das classes subalternas para transformar a sociedade. No contexto atual, as “reformas” presentes nas agendas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

internacional do capital veio apenas na década de 1980, mas foi experimentado ainda na década de 1970 em países latino-americanos, sendo que no Brasil, o Ceará foi pioneiro.

Resultou dessa processualidade um mercado mundial unificado com tendência à homogeneização – dos circuitos do capital, modos de dominação ideológica e objetos de consumo – que se apóia, entretanto, na heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais (IAMAMOTO, 2007). Essa justaposição de desenvolvimento e subdesenvolvimento não é, conforme ressalta Mandel (1982), uma simples exceção às tendências mais gerais do capital, mas sim a marca registrada da estrutura da economia mundial na era do imperialismo:

Todo o sistema capitalista aparece, assim, como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como a consequência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas; e é precisamente a unidade que determina, nesse caso, a falta de homogeneidade. Por todo esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação (MANDEL, 1982, p.69-70).

Em seu movimento de internacionalização, o capital tem produzido, conseqüentemente, “a concentração da riqueza, em um pólo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a *questão social*” (IAMAMOTO, 2007, p.111). E, nessa perspectiva, Netto (2001) assinala que à intensificação da exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo instauram-se correspondentes expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, novas expressões da questão social.

Segundo Iamamoto (2007), desigualdades de toda ordem e os conflitos delas decorrentes têm se espalhado pelo espaço mundial e não apenas nos países subdesenvolvidos, estando entre as mais importantes expressões da questão social na contemporaneidade, exatamente, o retrocesso do emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza. Entretanto, assim como Netto (2001), a autora ressalta que se novas mediações históricas reconfiguram,

políticas de governos neoliberais tanto de países capitalistas centrais quanto de periféricos, visam eliminar direitos sociais, desconstruir e negar as reformas anteriormente conquistadas pelas classes subalternas, de forma a restaurar as condições próprias de um capitalismo predatório e sem limites, caracterizando-se por isso, não como uma “reforma”, mas como uma “contrarreforma”.

portanto, a questão social, ela assume formas particulares e distintas, segundo as características – históricas, políticas, culturais, dentre outras – de cada formação social.

2.2. Projeto neoliberal e questão social: particularidades no Ceará

As práticas neoliberais que se tornariam hegemônicas no Brasil nos anos 1990, foram, curiosamente, antecipadas no Ceará ainda em meados dos anos 1980, quando o Estado passa a ser governado pela burguesia industrial local. Motivados, segundo Nobre (2008), pelo descontentamento com a condução político-econômica do “governo dos coronéis”⁴, que debilitava as condições de investimentos estatais para potencializar os projetos capitalistas estritamente personalizados, os empresários do Centro Industrial do Ceará – CIC assumiram o governo do Ceará e anteciparam nesse as práticas neoliberais – ajuste fiscal e reforma administrativa do Estado, política industrial voltada para a inserção da economia local no mercado mundial –, antes deste debate atingir o Estado nacional efetivamente. Essa dinâmica expressa um novo estágio da ligação regional com a dinâmica internacional do capital, bem como uma nova fase no desenvolvimento capitalista no Ceará, a qual se estende de meados dos anos 1980 – início da primeira gestão de Tasso Jereissati em 1987 – aos dias atuais – observando o projeto transpartidário do capital na região.

O projeto neoliberalizante da burguesia industrial estruturava-se sobre o discurso de que ações modernizantes no Estado erradicariam os tradicionais padrões de intervenção existentes, deixando para trás os interesses de grupos privados em favor da acumulação e expansão capitalista e do desenvolvimento social, o que supostamente propiciaria a superação da pobreza, condição então experimentada por 66% da população cearense (FARIAS, 2012).

As transformações desencadeadas pelos chamados “governos das mudanças” – *slogan* divulgado reiteradamente para simbolizar as ações e intenções dos envolvidos nas gestões ditas modernizantes – para adequação ao estágio neoliberal do capitalismo começaram no âmbito político com a contrarreforma do Estado no Ceará, cujos pilares foram: a redução dos custos da máquina burocrática, por meio de diversos mecanismos como a privatização de empresas

⁴ Não se trata dos “coronéis” dos sertões – esses foram senhores de terra que receberam do governo central da colônia, no período imperial, prerrogativas de justiça e militar, sendo nomeados coronéis da Guarda Nacional –, mas de militares de carreira, no posto de coronéis do Exército – foram eles Virgílio Távora, César Cals e Adauto – que exerceram o controle político do estado do Ceará no contexto da ditadura civil-militar. Contudo, vale frisar que esses coronéis tinham ligações intrínsecas – tinham nelas suas origens e/ou mantinham articulação direta – com as tradicionais oligarquias cearenses, os “coronéis”. De tal forma que esse poder local e o poder central constituíram as bases de sustentação dos “governos dos coronéis”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estatais – fundamental não só pela redução do quadro de pessoal, mas pela abertura de setores importantes para a acumulação de capital, como o de energia elétrica e de telecomunicações –, terceirização de serviços e redução dos gastos com o funcionalismo público; e a recuperação da capacidade do governo estadual em arrecadar impostos e negociar suas dívidas (NOBRE, 2008).

Com base na ideia de que a separação entre o público e o privado constituía uma condição essencial para o alcance da modernidade, a proposta propagada pela burguesia industrial cearense era retirar os investimentos diretos do Estado na economia, mas não foi o que ocorreu. A modernização da máquina administrativa e os repasses financeiros do Governo Federal propiciaram os recursos necessários a uma política econômica que – direcionada para o fomento à indústria, ao agronegócio e ao turismo, enquanto áreas eleitas como prioritárias para o desenvolvimento do Ceará – baseou-se na consolidação de obras de infraestrutura e na atração de investimentos, mantendo-se dependente da macro intervenção do Estado (PEREIRA JUNIOR, 2003; NOBRE, 2008; FARIAS, 2012).

Nesse sentido, uma das frentes de atuação do governo estadual foi a criação, entre as décadas 1990-2000, de uma melhor infraestrutura – construção do Sistema Portuário do Pecém para escoamento da produção, melhoria das condições hídricas visando favorecer o desenvolvimento da agroindústria e ampliação do Aeroporto Internacional de Fortaleza como estratégia para intensificar o turismo – para atender às necessidades do desenvolvimento capitalista em âmbito local (NOBRE, 2008).

A outra frente de atuação consistiu em investir tanto em uma ofensiva campanha publicitária – para divulgar as conquistas locais em termos de ajuste fiscal e equilíbrio das contas públicas – quanto no desenvolvimento de uma agressiva política de incentivos⁵, visando garantir, no então contexto de decadência da SUDENE e esgotamento dos seus fundos, condições competitivas frente a outros estados da federação, reacendendo a velha política de incentivos executada pela SUDENE e pelos coronéis (NOBRE, 2008).

Analisando os impactos das medidas modernizantes sobre cada setor da economia, tem-se que a modernização da agricultura no Ceará aconteceu em conformidade com o modelo seguido, posteriormente, pelo Brasil como um todo, no qual se prioriza a inserção em ramos com uso intensivo de recursos naturais e em escala para expandir as exportações⁶. Outros aspectos

⁵ Além da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – esse constituiu um dos principais mecanismos de incentivo –, o governo estadual também realizava, comumente, a doação ou financiamento do terreno, o fornecimento de água, energia, telefone, a construção de galpões e o recrutamento de trabalhadores (FARIAS, 2012).

⁶ Conforme dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC sobre as principais exportações do Ceará, no período de 1997 a 2018, os produtos da agropecuária aparecem entre as cinco principais exportações



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

fundamentais da modernização no campo cearense: ocorreu sem que fosse alterado o *arcaísmo* da histórica concentração fundiária existente; manteve o processo de redução da participação do setor na economia do estado que já vinha em curso e, também, a desigualdade e segregação espacial, não apresentando relevância nas regiões onde os problemas do atraso e do subdesenvolvimento – expressos em alto desemprego e pobreza – são severos. Essas foram convertidas em espaços para recepção de indústria de produtos de escala (especialmente calçados e têxteis), mobilizadas pela excessiva oferta de força de trabalho barata e pelos incentivos fiscais (LIMA JÚNIOR, 2014).

Sobre os impactos no setor industrial, ocorreu uma expansão, mas no grupo dos bens de consumo não duráveis (no qual se destacam os ramos de calçados, vestuários e alimentos), mantendo o predomínio dos mesmos ramos de atividade econômica, caracterizados pelo uso intensivo de força de trabalho (LIMA JÚNIOR, 2014). Isso revela que o papel desempenhado pelo Ceará no processo global de valorização do valor, no contexto do capitalismo imperialista em sua fase neoliberal, tem sido o de fornecer matéria-prima e bens de consumo, produzidos mediante a superexploração da força de trabalho cearense, conforme ainda será exposto.

Ademais, também permaneceu a concentração espacial, apesar das incessantes buscas de interiorização promovida pelos programas de incentivos fiscais. Soma-se a isso, uma desconcentração industrial limitada, majoritariamente, às atividades tradicionais, enquanto as de maior desenvolvimento tecnológico permaneceram não só em número reduzido no estado, mas também concentradas na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (LIMA JÚNIOR, 2014). Assim, reproduziu-se internamente, no estado, aquilo que acontece no contexto mais amplo do país, em termos da concentração do capital e do desenvolvimento desigual e combinado nos territórios.

Enquanto agropecuária e indústria reduziram seus percentuais de participação na economia do Ceará, os serviços expandiram em todo o estado. Esse crescimento está associado a uma série de fatores que atingiram o setor de serviços no Brasil⁷ e, também, pelas seguintes medidas implementadas no estado após 1986: intensificação de políticas nos âmbitos educacional, de saneamento e saúde, como estratégias usadas para adequar a abundante força

realizadas pelo estado. Além dos alimentos (bens de consumo) – vegetais e frutas, pescado –, destaca-se, também, o fornecimento de matérias-primas (bens intermediários) – peles e couros, cera e outros óleos, têxteis, ferro e aço –, indicando que a pauta exportadora cearense se encontra centrada na economia primária.

⁷ Lima Júnior (2014) cita: a expansão do setor industrial para as bordas urbanas, demandando atividades de apoio (serviços financeiros, de transporte, comércio, dentre outros); as alterações na dinâmica econômica brasileira, em virtude do processo de desconcentração produtiva; a indução dada pela ação governamental por intermédio de políticas sociais – destacam-se a previdência social, as transferências intergovernamentais, o emprego público e as transferências de renda às famílias pelo Programa Bolsa Família; e também, o aquecimento do consumo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de trabalho; e sistematização de amplo conjunto de ações voltado para promover a atividade do turismo, predominantemente na RMF. Em razão da expansão dos serviços estar interligada à expansão industrial, tem-se nele a mesma concentração ocorrida na indústria, com a RMF abrangendo mais da metade dos serviços (LIMA JÚNIOR, 2014).

Embora a riqueza produzida no Ceará tenha crescido⁸, fruto de toda a política mencionada, o estado apresenta um histórico de rendimento domiciliar *per capita* abaixo da média nacional e da média do Nordeste. Nos anos mais recentes, de 2015 a 2018, o rendimento domiciliar *per capita* no Ceará continuou abaixo da média do Brasil, mas acabou superando a média do Nordeste após 2016 (Tabela 1).

Tabela 1 – Rendimento domiciliar *per capita* médio mensal no Brasil, Nordeste e Ceará – 2015-2018

Nível territorial	Ano x valor (R\$)			
	2015	2016	2017	2018
Brasil	1.297	1.286	1.285	1.337
Nordeste	842	811	818	815
Ceará	813	794	830	848

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IPECE – Indicadores Sociais do Ceará 2018.

Aprofundando a análise pelo detalhamento do rendimento por atividade econômica, verificou-se que a força de trabalho no Ceará apresenta, na maioria das atividades, salário médio mensal inferior ao do Brasil e do Nordeste. A maior parcela dos trabalhadores ocupados assalariados no Ceará, encontra-se no setor de serviços – cerca de 76% em 2018, com médias salarial de 1,6 e 3 salários mínimos mensal – e na indústria – cerca de 22,5% em 2018, com média de 1,8 salários mínimos mensal. Ou seja, o desenvolvimento econômico promovido pela burguesia industrial no Ceará em fins da década de 1980 e reproduzido pelos governos subsequentes, ocasionou o aumento da produção de riqueza no estado, mas não elevou a renda

⁸ Pereira Junior (2011), ao comparar a taxa de crescimento anual do PIB do Brasil com a do Ceará, ressalta os resultados bastante diferentes entre a década que antecipa os programas de reestruturação no estado e as décadas nas quais surgem os seus resultados. Enquanto de 1985 a 1990 a taxa do Ceará foi de 0,7% ao ano e a do Brasil 2,03%, entre 1990 e 1995 os valores sofrem inversão com a taxa cearense crescendo 6,79% e a nacional 2,86%. De 1995 a 2000, a taxa do estado salta para 9,06% e a nacional cresce apenas 1,69%. De 2010 a 2012, a taxa de crescimento do Brasil foi superior a do Ceará, mas em 2013 e 2014 o referido estado voltou a superar o Brasil, apresentando taxas de crescimento de 5,06% e 4,18% respectivamente, enquanto o Brasil cresceu 3,00% em 2013 e 0,50% em 2014. Com os efeitos da crise na economia brasileira, em 2015 e 2016 as taxas foram decrescentes no Ceará (-3,42% e -4,08%) e no Brasil (-3,55% e -3,28), recuperando-se, seguidamente, em 2017 com o referido estado apresentando taxa de crescimento do PIB superior (1,49%) a do Brasil (1,32%) (IPECE, 2017; 2019).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do trabalho, permanecendo a maioria absoluta dos trabalhadores cearenses (mais de 85%) com renda mensal de até 2 salários mínimos, segundo dados do Censo Demográfico para 2010.

Isso significa que o projeto empresarial em curso envolve a promoção de trabalhadores empobrecidos que têm dificuldades para viabilizar a reprodução social da família por meio da venda da força de trabalho. Quer dizer, a promoção da economia urbana capitalista não alavanca condições básicas de vida aos trabalhadores, tendo em vista a baixa renda. O incremento econômico se faz às custas de maior expropriação do fundo de subsistência e do fundo de vida do trabalhador (LUCE, 2013), referenciando a renda do trabalho necessário abaixo das condições históricas de reprodução, portanto, ampliando o valor do trabalho excedente.

Associadamente, vale ressaltar as situações de informalidade do trabalho e de desemprego, pois essas variáveis ajudam a esclarecer um pouco mais os impactos da expansão do capitalismo imperialista em sua fase neoliberal sobre as condições de trabalho da população cearense. A série histórica do IPEA⁹, referente ao período entre 1992 a 2014, mostra que embora a taxa de informalidade do trabalho no Ceará viesse apresentando queda, permaneceu alta em todo esse intervalo temporal – de 78,0% em 1992 reduziu para 61,9% em 2014. Em 2018, a taxa de informalidade voltou a subir no estado, atingindo mais de um milhão de trabalhadores cearenses, cerca de 12% da população total do estado, então estimada em 9.075,649 habitantes. A taxa de desemprego também sofreu elevação passando de 5,7% em 1992 para 8,2% em 2014, alcançando 12,8% em 2018. Os dados do IPEA mostram que de 142.346 trabalhadores cearenses desempregados em 1993 passou-se a 317.363 em 2014. Em 2018 esse número saltou para 472 mil pessoas¹⁰.

Isso significa que embora a economia cearense tenha dado um pulo significativo, o fez tardiamente, mantendo um mercado de trabalho ainda muito desestruturado, com reduzido assalariamento contratual – daí o alto índice de trabalho informal – além de renda salarial baixa. Isso reforça o entendimento de que a modernização no território cearense foi, de fato, uma combinação de elementos arcaicos e modernos, uma modernização conservadora, pois a expansão do modo de vida do capitalismo contemporâneo se deu articulada à manutenção de precárias relações de trabalho que historicamente marcam o desenvolvimento capitalista no

⁹ Disponível no site do IPEADATA (base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantido pelo IPEA): <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

¹⁰ Informações contidas na matéria “No Ceará 358 mil pessoas desistiram de procurar emprego” do portal de notícias G1 de 15 de agosto de 2019. Disponível no endereço: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/08/15/no-ceara-358-mil-pessoas-desistiram-de-procurar-emprego.ghtml>>. Acesso em: 01 out. 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

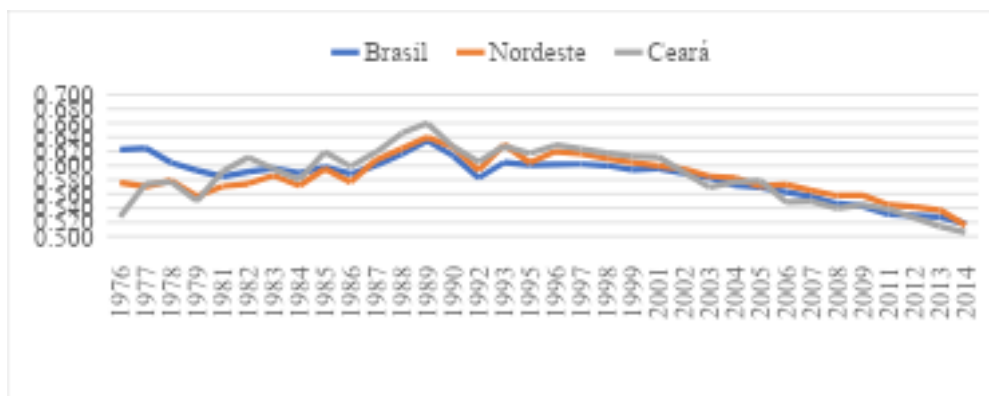
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estado. Cabe lembrar que essa é uma condição da economia dependente, a qual compensa o desequilíbrio gerado pelas trocas desiguais. Ademais, o Ceará, como exposto, teve reforçado, na cena atual, seu papel de agroexportador, diminuindo suas chances de maior dinamismo de valor, e mantendo como chave a superexploração da força de trabalho, condição favorecida preponderantemente pela informalidade do trabalho.

Na equação da riqueza socialmente produzida no Ceará um dos elementos é, portanto, o baixo rendimento recebido pela força de trabalho local. Consequentemente, outro elemento é a concentração de renda, historicamente reproduzida no estado, conforme aponta a série histórica do IPEA, referente ao período de 1976 a 2014. Segundo os dados, o Índice de Gini se elevou após a chegada da burguesia industrial ao poder em 1987 – passando de 0,599 em 1986 para 0,660 em 1989 – e depois iniciou um movimento de queda até 2014 – nesse ano o índice do Ceará foi de 0,506 ficando abaixo dos índices do Brasil de 0,518 e do Nordeste de 0,516 –, porém permaneceu sempre elevado ao longo de todo o período. Os dados do IPECE (2018) referentes ao ano de 2018, mostram que o Índice de Gini no Ceará voltou a subir alcançando 0,548, acima dos índices nacional (0,545) e regional (0,545).

Gráfico 1 – Índice de Gini no Brasil, Nordeste e Ceará – 1976-2014



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IPEA.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em consonância com os baixos rendimentos, alta taxa de informalidade e desemprego, além de forte concentração de renda tem-se elevados percentuais de trabalhadores cearenses em situação de pobreza e extrema pobreza. Os dados mostram que esses percentuais sofreram redução ao longo do período que se estende de 1991 a 2010. Contudo, longe de *eliminar a pobreza* como propagandeavam os “governos das mudanças”, os percentuais permaneceram elevados durante as gestões ligadas aos empresários do CIC e daquelas que vieram depois, de forma que mais de 50% dos trabalhadores cearenses apresentaram renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em 2010. Dentro desse total, 26,24% (2.204.774 trabalhadores) tinham renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Dados mais recentes do IPECE (2018) – tomando por base o critério internacional definido pelo Banco Mundial de US\$ 1,90¹¹ por dia *per capita* para medir a extrema pobreza – indicam que em 2018, 12,5% da população cearense estava vivendo na extrema pobreza, o que, em termos absolutos representava mais de 1,131 milhão de cearenses nessa condição. Os dados mostram ainda que no período de 2012 a 2014, o percentual de cearenses na extrema pobreza caiu a uma taxa média de 10,6% ao ano, voltando a crescer em 2015 e depois, iniciando nova queda após 2016.

Em síntese, o conjunto dos dados levantados mostra que o discurso da burguesia industrial cearense de que as ações modernizantes no Estado favoreceriam a acumulação e expansão capitalista e também o desenvolvimento social, no sentido de viabilizar a superação da pobreza no Ceará – algo inviável dentro dos domínios do capital –, se cumpriu apenas no que se refere ao atendimento das demandas do capital.

3. CONCLUSÃO

O projeto de modernização da burguesia industrial do CIC, cujos rumos foram mantidos pelos governos seguintes, estruturou-se sobre práticas neoliberais expressas na modernização da máquina administrativa e numa política econômica que, voltada para a inserção do Ceará no mercado mundial, baseou-se na consolidação de obras de infraestrutura e na atração de

¹¹ Em 2018, esse valor equivalia, aproximadamente, a R\$145 mensais. Considerando que o salário mínimo no referido ano foi de R\$954, o valor de US\$1,90 diário equivalia a aproximadamente 1/6 do salário mínimo brasileiro, revelando, portanto, que a linha de corte mais difundida internacionalmente subestima a extrema pobreza. A referida publicação não traz os dados referentes à linha de US\$ 5,50, usada para medir a pobreza.

investimentos – via ofensiva campanha publicitária e desenvolvimento de uma agressiva política de incentivos.

Tratou-se de um aprofundamento da modernização conservadora iniciada com os coronéis na segunda metade do século XX, pois, dentre outros aspectos, permaneceu dependente da intervenção do Estado via incentivos fiscais, manteve a forte concentração fundiária e de capital. O Ceará teve reforçado o seu papel como economia agroexportadora dentro da divisão internacional do trabalho – destacando-se a exportação de matérias-primas e de bens de consumo não duráveis como os alimentos e calçados, produzidos mediante superexploração da força de trabalho cearense, expressa, dentre outros aspectos, nos salários abaixo da média nacional e da região Nordeste – bem como manteve seu papel de repositivo do exército geral de reserva na divisão regional do trabalho.

Constatou-se que essa forma específica de participação do Ceará no processo de valorização do valor produziu um acentuado crescimento econômico e, também, como sua contraface, um forte impacto sobre a questão social no estado, reproduzindo históricas expressões, como a baixa renda do trabalho, a concentração de renda, informalidade e desemprego acentuados, número elevado de trabalhadores em situação de pobreza e extrema pobreza.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O duplo negativo do capital*: Ensaio sobre a crise do capitalismo global. Bauru: Canal 6, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BONENTE, Bianca Imbiriba. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica*: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: Eduff, 2016.

CARCANHOLO, Reinaldo. *A atual crise do capitalismo*. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie55A%20atual%20crise%20do%20capitalismo.pdf>. Acesso em: 11 de ago. 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? IN: *Novos rumos*. v.49, nº1. Marília: UNESP, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

FARIAS, Airton. *História do Ceará*. 1ª reimp. 6ª ed. rev. e amp. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São: Cortez, 2007.

IPECE. *Indicadores econômicos do Ceará 2018*. Disponível em: <<https://www.ipece.ce.gov.br/livro-de-indicadores-economicos-do-ceara/>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. 2ª Ed. Portugal: Antígona, 2013.

LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de. *Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2014.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. FILHO, Niemeyer Almeida (Org.). Brasília: IPEA, 2013.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Tradução Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da "Questão Social". IN: *Revista Temporalis nº3*. Brasília: ABEPSS, 2001.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da "era Tasso"*. Tese de doutorado. Fortaleza: UFC, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Edilson. *Espaço, industrialização e acumulação capitalista: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará*. Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 04, 2003.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.